

ACOLHER A ESTRANHEZA COMO RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Rosângela Fachel de Medeiros¹

“Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?”

A hora da estrela, Clarice Lispector

Receber o convite para escrever a apresentação do dossiê “Pensar estranhezas a partir da margem”, publicado pela Revista COR LGBTQIA+, encheu o meu coração de alegria e de orgulho, não apenas por me sentir chamada à responsabilidade junto a essa publicação e aos temas que ela convoca, mas sobretudo, por amar e admirar as pessoas que o organizaram, com as quais tive a sorte de partilhar um semestre de leituras e discussões na disciplina “Narrativas e Poéticas *Queer*”, ministrada por mim na grade curricular do Programa de Pós-graduação em Artes (PPGArtes), da Universidade Federal de Pelotas. Tendo a área das Artes como território de convergência de seus diferentes saberes e formações acadêmicas-artísticas - arte e saúde, teatro, artes visuais, dança e performance - Rai Leon Souza de Lima, Dheivison Araújo da Silva, Kelvin Marum Machado, e Alêxander Christopher Garcia são jovens intelectuais artistas e ativistas que idealizaram a convocatória deste dossiê buscando promover um espaço de interlocução entre pesquisas e pessoas atentas à forma como a “estranheza” das corporalidades LGBTQIA+ e das corporalidades deficiadas desafiam, confrontam e subvertem a cisheteronormatividade capacitista, reivindicando uma perspectiva interdisciplinar e interseccional que imbrica as Teorias *Queer/Cuir*² e *Crip* como campo teórico-discursivo para a abordagem dessas questões. Uma vez que ambas as teorias se apropriam de palavras da língua inglesa - *queer* e *crip* - utilizadas pejorativamente para ofender alguém por sua “estranheza”, para desvelar assim as implicações sociopolíticas, econômicas, culturais e identitárias dessas demarcações de diferença sobre as vidas das pessoas, que não se enquadram nas normatividades vigentes, sendo por isso marginalizadas.

Conclamar a “estranheza” como ponto de confluência entre as Teorias *Queer/Cuir* e *Crip* no contexto brasileiro e latino-americano implica compreendê-las politicamente como ferramentas discursivas, culturais e ativistas de descolonização, capazes de desestabilizar as

¹ Doutora e Mestre em Literatura Comparada pela UFRGS e graduada em Comunicação Social pela PUCRS. Pesquisadora e curadora com foco em audiovisual latino-americano, atua como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação em Artes na UFPel e é codiretora da RedINAV, destacando-se pela idealização dos festivais internacionais de videoarte (SPMAV) e videodança (FIVRS).

² Grafia fonética da palavra *queer* quando pronunciada com sotaque espanhol ou brasileiro. Seu uso visa demarcar o processo de apropriação e transculturação de um conceito originalmente anglófono.

lógicas cisheteronormativas e de evidenciar as margens, as exclusões, as abjeções e as opressões dirigidas às vivências, corporalidades, identidades e subjetividades desviantes histórica e recorrentemente marginalizadas. E, para além disso, ao dar protagonismo à "estranheza", a proposta do dossiê se desenha como um compromisso com o reconhecimento e a criação de novos horizontes de pensamento e de ações. Perspectiva que afilia a convocatória tanto às teoria e ativismos *queer/cuir*, no enfrentamento aos padrões cisheterossexuais compulsórios, quanto às teorias e ativismos *crip*, na interrogação de padrões capacitistas de corporalidade e de funcionalidade motora e cognitiva.

Em conformidade com a agenda de atenção à diversidade que professa, a convocatória sugeriu que os textos submetidos buscassem evitar a linguagem sexista (utilização do masculino universal), dando preferência à utilização da linguagem não sexista, neutra (que evita as flexões de gênero do substantivo, optando por formas neutras e/ou coletivas de designação) ou inclusiva (que visibiliza a diversidade de gênero, por meio da diversidade de flexões de gênero de substantivos). E também alertou para cuidado com a utilização de termos e expressões que possam ser capacitistas, racistas ou LGBTQfóbicos - os quais mesmo em contextos de argumentações críticas ou de revisões históricas podem reproduzir opressões. A delicadeza dessas sugestões transforma o texto em um manifesto linguístico que lança luz sobre o fato de que a própria linguagem, que utilizamos em nossas indagações e observações, apresenta um caráter performativo que pode trair ou contradizer nossas intenções. Cuidado semelhante foi sugerido em relação à necessidade de utilização de descrição textual alternativa para conteúdos visuais - como gráficos, tabelas, imagens e fotografias - uma vez que as tecnologias assistivas de leitura não são capazes de ler tais elementos. O comprometimento e a preocupação para com a acessibilidade de conteúdos acadêmicos deu origem ainda a iniciativa de abrir espaço para a recepção e publicação de trabalhos apresentados por meio de vídeos em Libras (Língua Brasileira de Sinais), algo que infelizmente não aconteceu. Mas, mesmo que nem todas as intenções tenham sido alcançadas, a convocatória deu um passo a mais em direção a uma militância editorial que propõe instaurar, de modo pedagógica, um processo dialógico entre as discussões que conclama e a materialidade linguística e formal de sua apresentação textual.

Nesse sentido, o acolhimento da Revista COR LGBTQIA+ foi de extrema importância, pois corroborou a necessidade de visibilizar as pautas sobre as quais o dossiê propõe se debruçar, e reconheceu a pertinência de suas sugestões linguística e formais no campo dos estudos LGBTQIA+. Sobretudo, levando em consideração que a revista foi criada em resposta à demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço acadêmico para o debate e a publicação de conteúdos relacionados às questões de gêneros e sexualidades.

Como resultado dessa parceria editorial, o dossiê se configura como um espaço seguro e de acolhimento para pesquisas acadêmicas e artísticas que olham desde, e para

além, da marginalização da “estranheza”, congregando nove artigos, um ensaio, um relato de experiência e duas produções artísticas³.

Na seção artigos há o notório protagonismo de discussões acerca de vivências, corporalidades, identidades e subjetividades transvestigeneres⁴. Em “Plantando o futuro à navalha: enquadramentos travestis no cinema brasileiro”, a escrita em primeira pessoa é escolhida como gesto metodológico para rejeitar a impessoalidade acadêmica e para afirmar a vivência travesti, em uma pesquisa que busca refletir justamente sobre como o cinema brasileiro enquadra corpos trans e travestis, buscando compreender o que essas imagens revelam sobre o contexto histórico em que foram produzidas. Estudo que resulta da atuação da autora no GEPHGS/UFAL e de suas experiências no Ateliê Xica Manicongo, onde o cinema é pensado como espaço de criação de novas narrativas sobre corporalidades dissidentes, para além da lógica da dor imposta pela cisheteronorma. A representação de pessoas trans no cinema é também o foco central do artigo “Criador ou criatura: perspectivas da transgeneridade no cinema”, no qual é analisada a forma como a representação é direcionada pelo “olhar masculino” (Mulvey, 1983), e como a câmera frequentemente adota enquadramentos sádicos e fetichistas, que transformam personagens trans em objetos de julgamento e sofrimento. Ao examinar *Glen ou Glenda* (1953) e *A Garota Dinamarquesa* (2015), o texto argumenta que esses filmes colocam quem assiste em posição de julgamento perante a narrativa, reforçando tropos que associam a experiência trans à punição. Mas, como proposta de subversão a esses padrões, apresenta *Eu vi o brilho da TV* (2024), que aponta para novas possibilidades de representação trans no cinema.

Das telas do cinema para as telas de computadores e celulares, “Ciberativismo de mulheres trans no Brasil: resistência e subjetivação na produção acadêmica recente” analisa dezesseis artigos acadêmicos que tratam acerca do ciberativismo de mulheres trans no Brasil (publicados entre 2014 e 2024), identificando quatro eixos principais de abordagem: ciberativismo, transfeminismo, resistência e transfobia. E indicando que o ciberativismo de mulheres trans se configura como ato de resistência e (re)existência às cisheteronormas, funcionando o ambiente digital como um espaço de organização política, construção de redes de apoio, denúncia de violências e afirmação identitária. Já em “A heteronormatividade em pessoas trans”, as entrevistas realizadas com pessoas trans evidenciam a existência de uma forte influência da cultura heteronormativa dominante em seus processos de transição e de construção de identidades sociais, mas também aponta para a existência de questionamentos e nuances sociais que desafiam essas normas. O artigo destaca ainda que a escassez de estudos sobre o assunto em Portugal e a fragilidade

³ Na seguinte apresentação dos trabalhos que compõem o dossiê serão respeitadas e mantidas as denominações e nomenclaturas escolhidas e utilizadas em cada um dos textos.

⁴ Termo cunhado por Indianara Siqueira, em 2015, a partir da combinação das palavras: travesti, transexual e transgenere para dar a ver a comunhão que existe entre diferentes experiências e identidades, mas sobretudo para ser uma autodenominação, que subverte as denominações cunhadas pelas discursividades cisheteronormativas ao mesmo tempo em que delas escapa.

da proteção jurídica da população trans contribuem para sua invisibilidade e para os altos níveis de discriminação e violência. Por sua vez, “Desigualdades fabricadas: corpos trans e a economia neoliberal do descarte” atenta à maneira como as desigualdades históricas e a marginalização da população trans são interseccionalmente intensificadas pelo neoliberalismo em diferentes setores, como saúde, segurança, reconhecimento social e trabalho. E, nesse sentido, o artigo defende a necessidade de políticas públicas voltadas à justiça social e à equidade material para pessoas trans.

Outro importante eixo de interesse presente nos artigos diz respeito à forma como a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades é abordada em ambientes educacionais. O potencial da Educação Física para a desconstrução de padrões estéticos estereotipados construídos e difundidos pelas redes sociais - que influenciam negativamente sobre a percepção corporal, especialmente de adolescentes e jovens - é o tópico de “Corpo, redes sociais e educação física: uma revisão bibliográfica sobre a desconstrução de padrões estéticos na escola”. Embasado na revisão de artigos, publicados entre 2014 e 2024, o artigo conclui que práticas pedagógicas críticas somadas à alfabetização midiática podem ajudar a fortalecer a autoestima, a autonomia e o respeito à diversidade, sendo essenciais para enfrentar as influências midiáticas e favorecer a formação integral das e dos estudantes. Já “Beira do precipício – a interseção de identidade de gênero e orientação sexual no ensino de ciências: um olhar acerca da 14ª edição do ENPEC”, apresenta uma revisão dos 1.046 trabalhos publicados por um dos principais eventos da área de Ensino de Ciências, evidenciando que apenas 2,86% (30 trabalhos) discorriam ou discutiam temas relacionados à identidade de gênero e/ou orientação sexual. E o ambiente educacional em nível universitário, é o cerne de “Uma escuta possível: onde aparecem as questões lgbt+ em uma clínica escola?”, que analisa a importância de uma escuta clínica atenta às temáticas de gênero e sexualidade, especificamente às demandas da comunidade LGBTQ+ na formação de pessoas em estágio de psicologia. A partir de experiências em clínica-escola e fundamentado no método psicanalítico extramuros, o artigo problematiza o silenciamento acerca desses tópicos nas instituições e entre pacientes e pessoas que estão realizando estágio, defendendo uma formação mais crítica e sensível para qualificar a prática clínica.

Já “Fluência compulsória e desejo desviante: narrativa autoetnográfica” apresenta uma narrativa autoetnográfica que relaciona a experiência da gagueira às identidades LGBTQIA+, com base nos Estudos *Queer* e *Crip*, defendendo que a fluência é uma norma social (fluidocentrismo), que atua como mecanismo de controle e regulação dos corpos. A gagueira é analisada então não como simples patologia, mas como marcador social de diferença e espaço de disputa por legitimidade e pertencimento. Por fim, o texto argumenta que a disfluência, como a dissidência sexual, desafia padrões hegemônicos e é frequentemente tratada como desvio a ser corrigido, evidenciando como discursos de normalidade produzem exclusões na fala e no desejo.

Por sua vez, o ensaio “Cidadão, humano, digno: exclusões históricas e a ética trans da resistência” instaura um amplo diálogo teórico-crítico com vozes eminentes, como Preciado, Butler, Gleeson, Salih, Lloyd, Mbembe, Fanon, Hayward, para propor uma reflexão a respeito de como as corporalidades trans e dissidentes resistem à histórica e recorrente negação ontológica da transgeneridade e aos efeitos da necropolítica de gênero e da colonialidade epistêmica. Para desvelar, que a transgeneridade ultrapassa a noção de identidade, configurando-se como uma ontologia da resistência e um território vivo de experimentação ética e política, capaz de colocar as normatividades em xeque. Enquanto o relato de experiência “Conflito e sociabilidade na conferência estadual dos direitos das pessoas LGBTQIA+ na cidade de Rio Branco” apresenta ponderações decorrentes da observação de uma Conferência Estadual voltada para o debate e a construção de direitos para pessoas LGBTQIAPN+ residentes no Estado do Acre, realizada na cidade de Rio Branco.

Abrindo espaço para produções artísticas, o dossiê encerra com dois trabalhos realizados em distintas linguagens que dão protagonismo à “estranheza” enquanto potência criativa e artística. O ensaio literário “Os (des)dias da vida-em-movimento com Júlia: fabular, devir e soprar mundos” que fabula a vida em movimento, entendendo a poética como dimensão da docência e da vida composta por traduções criadoras, de escrituras que inventam mundos provisórios. No qual, a narrativa de Júlia revela como, nos detalhes e restos do dia a dia, a existência pode se reinventar por meio da imaginação. E o ensaio visual “Corpo-mancha: a fotografia como olhar sobre o corpo masculino dissidente” que apresenta o próprio corpo do autor, registrado no espaço doméstico, como ponto de partida para tensionar narrativas sobre a masculinidade hegemônica e suas normas historicamente reforçadas por instituições, mídia e arte.

De maneira geral, os treze trabalhos que conformam este dossiê interseccionam três grandes áreas semânticas: gênero, sexualidade e dissidências; corpo, imagem e performance; normatividade, poder e exclusão - apresentando diferentes tratamentos acadêmicos e poéticos para pensar e discutir a “estranheza” - de corporalidades LGBTQIA+ e de corporalidades deficientes - e suas experiências historicamente marginalizadas. Tópico muito importante, uma vez que a forma como cada corpo é lido social e politicamente - dentro de normas corporais relativas a gênero, sexualidade, raça e capacidades - definirá a forma como essa corporalidade será considerada e tratada, algo decisivo para possibilitar sua vida ou para torná-la inviável (Butler, 2018b).

Em seu conjunto, os textos desvelam a interseccionalidade das problemáticas e lutas enfrentadas por essas pessoas contra diferentes regimes de opressão, evidenciando tramas de exclusão que perpassam gênero, sexualidade, deficiência, raça e classe. E ao reconhecimento dessas camadas de desigualdades, marginalização e precarização de vivências, corporalidades, identidades e subjetividades “estranhas”, os textos respondem com reflexão-crítica, responsabilidade e ativismo, encontrando e apontando caminhos e

estratégias capazes de tensionar os limites sociais e epistemológicos impostos pela cisheteronormatividade capacitista.

Ao aceitar a honra do convite para escrever a apresentação deste dossiê me senti chamada à responsabilidade em duplo sentido, por um lado, em relação à escrita de um texto que foi confiado a mim por pessoas muito queridas e, por outro, em reconhecer na convocatória deste dossiê vestígios e memórias das reflexões conjuntas que construímos durante um semestre de leituras e discussões. Reconhecer a responsabilidade individual (pessoal), que conflui na escrita deste texto, é pensá-la nos três níveis propostos por Hannah Arendt, como explica Bethânia Assy: a “responsabilidade de pensar e de escolher a si mesmo; a responsabilidade de julgar e de escolher nossos exemplos; e a responsabilidade para com a durabilidade do mundo, expressa por meio da consistência de nossas ações” (Assy, 2015, p. 35). E entender ainda que as premissas evocadas pela responsabilidade individual (pessoal) são os pressupostos para a consolidação de responsabilidades coletivas. As quais, no entendimento de Arendt (2004), são sempre responsabilidades políticas que, para além do domínio jurídico ou do senso de obrigação, consistem na resposta ativa de cada pessoa em relação às outras pessoas e junto a elas, por meio da qual assumimos a responsabilidade de cuidar do mundo comum. Entendido aqui como espaço intermediário e compartilhado, esfera pública e campo político, que se estabelece por meio de encontros, trocas, ações e discursos. E no momento em que decidimos que “amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (2016, p. 146), nasce o que Arendt denomina de *amor mundi*. Uma responsabilidade coletiva/política pelo mundo que poderia ser, ao mesmo tempo, o alicerce e o resultado de uma identidade coletiva, não no sentido de identidade compartilhada, mas sim, no sentido de “ser com” a outra pessoa, algo que Marlene Wayar (2018) denominou de *nostredad*, uma nova subjetividade baseada na consciência social e na empatia mútua.

O trabalho editorial e o conjunto de produções textuais que esse trabalho congregou para a composição deste dossiê dão a ver como a convergência e a união de responsabilidades individuais engendram responsabilidades coletivas/políticas. Este dossiê se configura então como um manifesto de afirmação dessas responsabilidades, um manifesto de intenções que agenciam discursos, pedagogias e ações, reafirmando compromissos individuais, coletivos e políticos em prol da “estranheza”. E, para além da responsabilidade em relação a esta publicação, a parceria entre a equipe editorial do dossiê e a equipe da revista estabelece conexões acadêmicas e afetivas que podem ser expandidas na construção de redes de apoio e de resistência.

Poder acompanhar o percurso de curadoria editorial realizado por Rai Leon Souza de Lima, Dheivison Araújo da Silva, Kelvin Marum Machado, e Alêxander Christopher Garcia em colaboração com a equipe da Revista COR LGBTQIA+, desde o lançamento da convocatória até a publicação deste dossiê, revigorou minha esperança e, sobretudo, minha

responsabilidade para com novos possíveis futuros, nos quais a “estranheza” seja celebrada em toda sua potência criativa de resistência, transformação e subversão.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Introdução de Bethânia Assy. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDR, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ASSY, Bethânia. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva / Instituto Norberto Bobbio, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerras: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. *In*: XAVIER, Ismail (org). **A Experiência do Cinema**: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal. Embrasilme, 1983. p. 437-453

WAYAR, Marlene. **Travesti**. Una teoría lo suficientemente buena, Buenos Aires, Muchas Nueces, 2018.